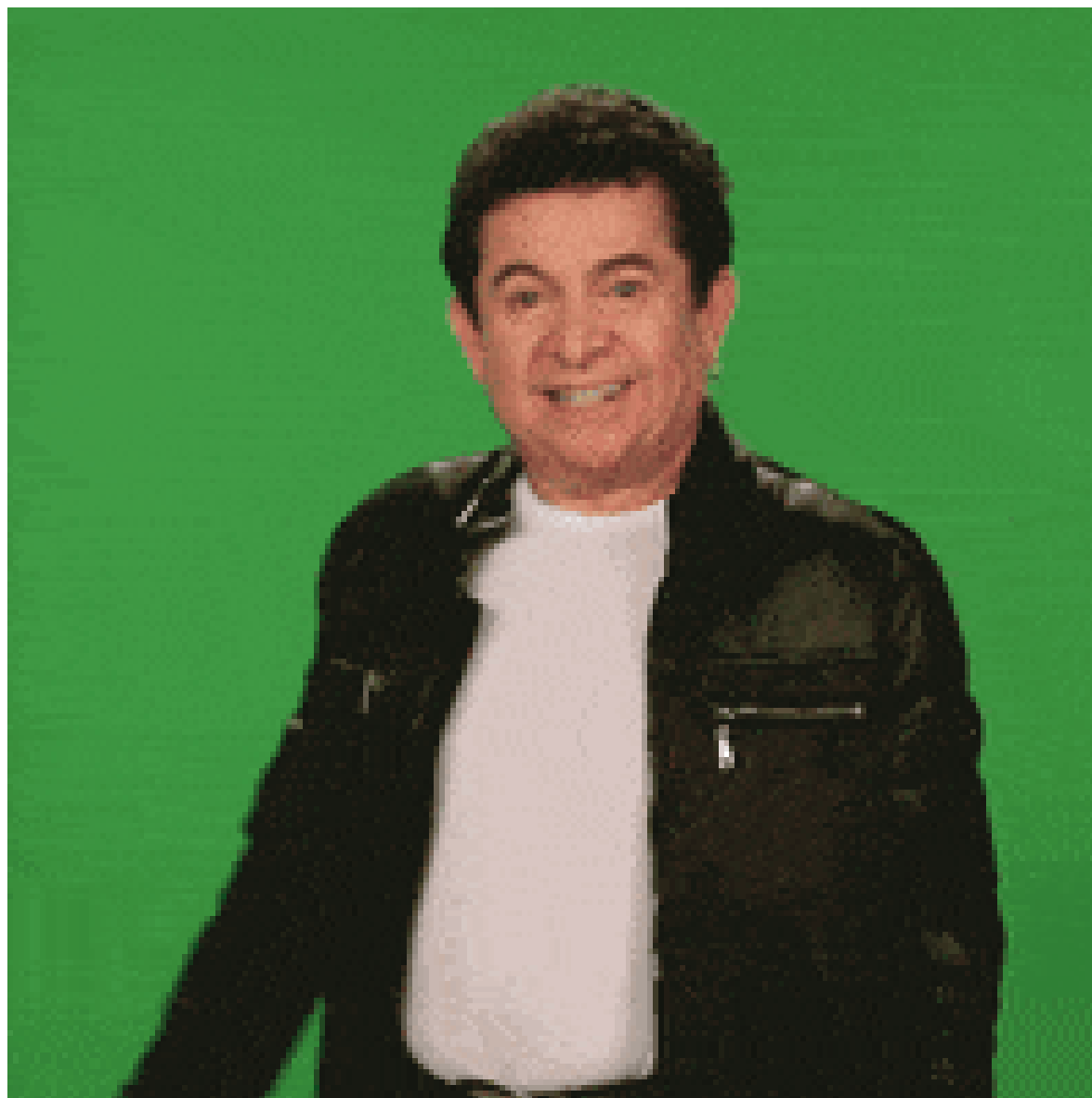


UNIDADE I

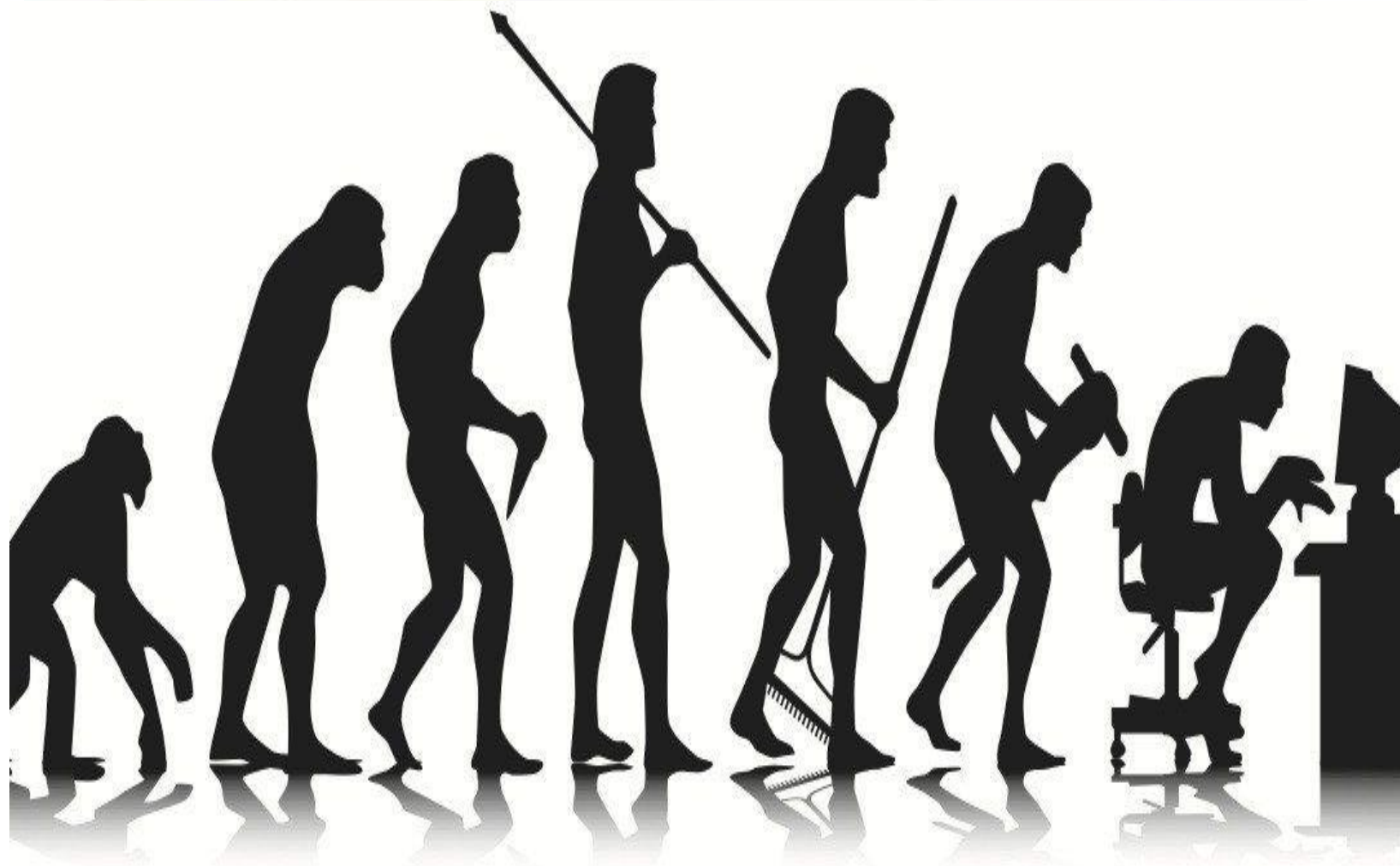
DIREITO: Definição e Conceito

Prof. Dr. Bruno Soeiro Vieira





O DIREITO E A ORDEM SOCIETÁRIA



O ser humano, por sua natureza, é eminentemente social

Já na Grécia Antiga, o ser humano tomou consciência de que a sua vida social (política) lhe conferia uma condição superior à Natureza (mineral, vegetal, animal).

Aristóteles dizia que “o Homem, mais do que qualquer outro animal que viva em enxames ou rebanhos, é, por natureza, um animal social (zoon politikon) ”.

Mas, quais as razões para os seres humanos viverem em sociedade??

a) Concepção naturalista da sociedade

Autores como Aristóteles, Cícero, S. Tomás de Aquino, Stº Agostinho, etc., acreditam na origem natural da sociedade, na tendência natural para o homem conviver com outros homens de modo a satisfazer as suas necessidades e realizar-se como pessoa.

b) Concepção contratualista da sociedade

Segundo autores como Jhon Locke, Thomas Hobbes e Jean-Jacques Rousseau, a origem da sociedade baseia-se no contrato social. Pare eles, a vida em sociedade não era natural, mas antes resultava de um acordo de vontades entre os seres humanos que os levaria de um estado pré-social ou “estado de natureza”, caracterizado por uma vida solitária e errante, sem vínculo comunitário, em que não havia leis nem autoridade para um “estado de sociedade” no qual existiriam regras e princípios de convivência coletiva, surgindo, portanto, o Estado (e suas normas jurídicas).

A necessidade do Direito no mundo social

Já na Antiguidade se dizia que *onde existe o Homem existe Sociedade*. Mas também se dizia que *onde houver Sociedade haverá Direito*.

A ordem jurídica é, pois, a ordem social regulada ou constituída pelo Direito, ou seja, por um conjunto de normas gerais, abstratas e imperativas, cuja observância pode ser assegurada de forma **coercitiva** pelo Estado.

A **sociedade** é, ao mesmo tempo, a forma de vida por excelência do ser humano e, portanto, **é uma realidade ordenada/regulada pelo Direito** (e suas normas).

A necessidade do Direito no mundo social

Já na Antiguidade se dizia que *onde existe o Homem existe Sociedade*. Mas também se dizia que *onde houver Sociedade haverá Direito*.

A ordem jurídica é, pois, a ordem social regulada ou constituída pelo Direito, ou seja, por um conjunto de normas gerais, abstratas e imperativas, cuja observância pode ser assegurada de forma **coercitiva** pelo Estado.

Coerção

1.1. ato ou efeito de reprimir; repressão.

2.2. JURÍDICO (TERMO)

força exercida pelo Estado para fazer valer o direito; coibição.

A necessidade do Direito no mundo social

Já na Antiguidade se dizia que *onde existe o Homem existe Sociedade*. Mas também se dizia que *onde houver Sociedade haverá Direito*.

A ordem jurídica é, pois, a ordem social regulada ou constituída pelo Direito, ou seja, por um conjunto de normas gerais, abstratas e imperativas, cuja observância pode ser assegurada de forma **coercitiva** pelo Estado.

A **sociedade** é, ao mesmo tempo, a forma de vida por excelência do ser humano e, portanto, **é uma realidade ordenada/regulada pelo Direito** (e suas normas).

As diferentes ordens sociais normativas e sua vinculação

a) **A ordem moral** – as normas ou regras visam influenciar a consciência e moldar o comportamento do indivíduo em função daquilo que se considera o Bem e o Mal. A ordem moral tem como sanção a reprovação da formação moral da pessoa ou a má reputação.

b) **A ordem religiosa** – visa regular as condutas humanas em relação a Deus, com base na fé.

c) **A ordem de trato social** – são normas que se destinam a permitir uma convivência agradável entre as pessoas, mas que não são propriamente indispensáveis à subsistência da vida em sociedade. Ex: normas sobre a maneira de estar e se comportar em acontecimentos sociais, normas sobre a forma de vestir (moda), ***normas típicas de uma profissão (deontologia)***, normas de uma determinada região (usos e costumes), etc.

d) **A ordem jurídica** – são as normas mais relevantes da vida em sociedade e, ao contrário, das outras ordens normativas, utiliza-se da coação como meio de garantir a observância das suas normas.

Valores fundamentais do Direito

a) Justiça: É o fim último do Direito. Indica a necessidade de proporção, ponderação, adequação, correspondência a um fim. Para poder vigorar na sociedade, o Direito deve impor uma ordem de convivência justa. A validade do Direito reside na Justiça.

b) Equidade: Significa procurar ou promover a justiça, tendo em devida conta as desigualdades sociais, o que implica dar tratamento diferenciado a situações desiguais, dentro de parâmetros legalmente aceitáveis.

c) Segurança: Quer dizer que aos cidadãos deve ser dada a necessária confiança na estabilidade (ou permanência) das normas jurídicas.

d) Certeza Jurídica: Significa que aos cidadãos deve ser dada a possibilidade de terem um conhecimento preciso acerca do sistema de normas jurídicas vigentes na sociedade, para orientarem convenientemente a sua conduta e defenderem os seus interesses. Os cidadãos devem estar em condições de gerir e prever os efeitos da sua conduta com base em normas jurídicas vigentes e do conhecimento geral.

Os diversos sentidos do termo “Direito”

- a) **Direito como ciência jurídica** (sabedoria jurídica dos juristas)
- b) **Direito como patrimônio** de uma pessoa (direitos e obrigações).
- c) **Direito objetivo:** é o conjunto de regras gerais, abstratas e imperativas, vigentes num determinado momento, para reger as relações humanas, e impostas, coativamente, à obediência de todos.
- d) **Direito subjetivo:** é constituído pelos poderes, posições de privilégio ou faculdades que as normas de direito objetivo atribuem às pessoas de modo a que estas possam salvaguardar os seus legítimos interesses: direito à vida, direito à integridade física, direito ao bom-nome e à privacidade, direito ao casamento, etc.

Conceito de Direito

Didaticamente, o Direito é ***o ramo da ciência que estuda as regras gerais, abstratas e imperativas do relacionamento social***, criadas pelo Estado e por este impostas, se necessário, de forma coerciva.

Deveres e obrigações impõem-se à conduta de todas as pessoas no convívio familiar, na vida laboral e nas relações sociais em geral.

A solução dos conflitos, com base no Direito e mediação do Estado, torna possível a vida em sociedade.

Justiça, enquanto finalidade do Direito

Direito e Justiça são conceitos que se entrelaçam, a tal ponto de serem considerados uma só coisa pela consciência social.

Fala-se no Direito com o sentido de Justiça e vice-versa.

Contudo, nem sempre eles andam juntos, ou seja, nem tudo que é direito é justo e nem tudo que é justo é direito.

Por que isso acontece?

Porque a ideia de Justiça engloba valores inerentes ao ser humano, transcendentais, tais como: a liberdade, igualdade, fraternidade etc...

O Direito, por seu turno, é uma invenção humana, um fenômeno histórico e social como meio de pacificação social e realização da justiça.

Em suma, enquanto ***a Justiça é um sistema aberto de valores, em constante mutação, o Direito é um conjunto de princípios e regras destinado a realizá-la.***

E nem sempre o Direito alcança esse objetivo, visto não conseguir acompanhar as transformações sociais, quer pela incapacidade daqueles que o conceberam ou, ainda, por falta de disposição política para implementá-lo, tornando-se por isso um direito injusto.

